



**ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE
2019.**

Data : 12/09/2019
Horário : 14h
Local : SDE – Ed. Office Park – Rod. SC 401, KM 5, 4756 –Bloco 2– Saco Grande
CEP 88.032-005–Florianópolis/SC.

Às quatorze horas do dia doze de setembro de dois mil e dezenove, nasala de reuniões da SDE, reuniu-se a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), com a presença da senhora Camila de Alcântara Rico (IMA), Presidente; e dos membros representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada: José Almerly Padilha (OCESC), Maicon dos Reis Soares (FAESC) e Rodrigo Walter (OAB/SC).

Julgamento dos processos relacionados no Edital de Notificação de Julgamento nº 22/19, publicado no DOE nº 21.093 de 04/09/2019.

A SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (CONSEMA), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25-A do Anexo Único do Decreto nº 2.143, de 11 de abril de 2014, decide:

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 272/16

AIA Nº : 39266-A
PROCESSO Nº : DSUST 510/2016
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
RECORRENTE : ALCEU MUNSFELDT
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. MANTER EM CATIVEIRO PÁSSAROS NATIVOS SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.



DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, por negar provimento ao recurso nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 184/17

AIA Nº : 36422-A
PROCESSO Nº : PMSC 10113/2017
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
RECORRENTE : JOÃO BATISTA NUNES
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 43 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PALHOÇA. DANIFICAR VEGETAÇÃO E PROMOVER CONSTRUÇÃO E CRIAÇÃO DE ANIMAIS PROXIMO AO CURSO DE ÁGUA. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, por negar provimento ao recurso nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente



RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 266/17

AIA Nº : 14466-A
PROCESSO Nº : PMSC 16735/2016
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
RECORRENTE : JOÃO ROBERTO HOMRICH DOS SANTOS
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ITAPEMA. TER EM CATIVEIRO ESPÉCIES DA FAUNA SILVESTRE EM DESACORDO COM A AUTORIZAÇÃO OBTIDA. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, por dar provimento ao recurso nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 444/17

AIA Nº : 34059-A
PROCESSO Nº : PMSC 10609/2016
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
RECORRENTE : FRANCISCO CARLOS NUNES
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA



RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 32 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGUNA. EXERCER ATIVIDADE DE PESCA COM UTILIZAÇÃO DE TARRAFA EM LOCAL ONDE PESCA É PROIBIDA. CONVERSÃO DA MULTA EM ADVERTÊNCIA

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por maioria, vencido o Relator, pela conversão da penalidade de multa em advertência, nos termos do voto divergente do Conselheiro Maicon dos Reis Soares, de acordo com o art. 5º do Decreto 6514/2008.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 455/17

AIA Nº : 33644-A
PROCESSO Nº : PMSC 22959/2017
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
RECORRENTE : ISMAEL DA CUNHA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE JOINVILLE. MANTER EM CATIVEIRO PÁSSAROS NATIVOS SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. CONVERSÃO DA MULTA EM ADVERTENCIA.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,



decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela conversão da penalidade de multa em advertência nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 460/17

AIA Nº : 40759-A
PROCESSO Nº : PMSC 25795/2017
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
RECORRENTE : ARNALDO DOS SANTOS
REPRESENTANTE : ADEMIR FRANCISCO
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE JOINVILLE. MATAR, PERSEGUIR, CAÇAR, APANHAR, COLETAR, UTILIZAR ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE, NATIVOS OU EM ROTA MIGRATÓRIA, SEM A DEVIDA PERMISSÃO, LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE, OU EM DESACORDO COM A OBTIDA.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por maioria, vencido o Relator, pela conversão da penalidade da multa em advertência, de acordo com o voto divergente do Conselheiro Rodrigo Walter que fundamentou no artigo 62 da Lei 14.675/2009.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.



CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 463/17

AIA Nº : 39196-A
PROCESSO Nº : PMSC 25824/2017
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
RECORRENTE : JOSÉ HERMÍNIO TOMASI
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE JOINVILLE. MANTER EM CATIVEIRO PÁSSAROS NATIVOS DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTOIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. CONVERSÃO DA MULTA EM ADVERTÊNCIA.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela conversão da penalidade de multa em advertência nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 468/17

AIA Nº : 40848-A
PROCESSO Nº : PMSC 25895/2017
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
RECORRENTE : RODRIGO CONSTANTINO
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)



EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE JOINVILLE. MANTER PÁSSAROS DA FAUNA SILVESTRE BRASILEIRA SEM DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. CONVERSÃO DA MULTA EM ADVERTÊNCIA..

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela conversão da penalidade de multa em advertência, nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 470/17

AIA Nº : 38337-A
PROCESSO Nº : PMSC 28913/2017
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
RECORRENTE : BERTOLINO STEINBACH
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. TER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM A DEVIDA PERMISSÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 572/17

AIA Nº : 42353-A
PROCESSO Nº : PMSC 35798/2017
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
RECORRENTE : ADILSON BEPLER
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL. TER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente



RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 653/17

AIA Nº : 38012-A
PROCESSO Nº : PMSC 34491/2015
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
RECORRENTE : BENONI PEDRO JEREMIAS
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 29 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGES. PRATICAR MAUS-TRATOS A ANIMAIS DA ESPÉCIE CONHECIDA COMO “GALO DOMESTICO”. REDUÇÃO DA MULTA EM 25%.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, por dar parcial provimento ao recurso com a redução de 25% do valor da multa nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 654/17

AIA Nº : 38818-A
PROCESSO Nº : PMSC 34807/2015
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
RECORRENTE : LUIZ FERNANDO MARTINS SILVEIRA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA



RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGES. TER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. REDUÇÃO DA MULTA EM 25%.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar parcial provimento, com a redução da multa em 25% nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 677/17

AIA Nº : 40579-A
PROCESSO Nº : PMSC 44306/2017
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
RECORRENTE : EDSON LUIZ REBELATTO
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. MANTER EM CTIVEIRO AVES NATIVAS SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por



unanimidade, por negar provimento ao recurso nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 103/18

AIA Nº : 40774-A

PROCESSO Nº : PMSC 41828/2017

RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

RECORRENTE : ADAUTO RODRIGUES DOS SANTOS

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL. TER EM CATIVEIRO ESPÉCIES DA FAUNA SILVESTRE SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, com a redução da multa em 25% nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 199/18

AIA Nº : 42233-A



379 PROCESSO Nº : PMSC 17074/2016
380 RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
381 RECORRENTE : PEDRO SANTO DOGNINI
382 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

383
384 **EMENTA**

385
386 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.
387 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ. MANTER EM
388 CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO
389 AMBIENTAL. REDUÇÃO DA MULTA EM 25%.

390
391 **DECISÃO**

392
393 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
394 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por
395 unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, com a redução da multa em 25% nos termos
396 do voto do Relator.

397
398 Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

399
400 CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

401 Presidente

402
403 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 332/18**

404 AIA Nº : 45574-A
405 PROCESSO Nº : PMSC 37806/2017
406 RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
407 RECORRENTE : FERMINO MANOEL DA SILVA
408 REPRESENTANTE : LUCAS DIAS
409 REPRESENTANTE : JUCÉLIA VINHONI MONTEIRO
410 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

411
412 **EMENTA**



RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO BPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART 24, I, § 3º, III, DO DECRETO FEDERAL 6.514/08. CATIVEIRO DA FAUNA SILVESTRE NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. REDUÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA EM 25%. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela redução da multa em 25%, nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 520/18

AIA Nº : 48002-A
PROCESSO Nº : PMSC 37735/2018
RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO
RECORRENTE : LUIZ FERNANDO MARQUES
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CANELINHA. TER EM CATIVEIRO PÁSSAROS SILVESTRES SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL. REDUÇÃO DA MULTA EM 25%.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por



unanimidade, pelo parcial provimento ao recurso e pela redução em 25% do valor da multa nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 522/18

AIA Nº : 49302-A

PROCESSO Nº : PMSC 9096/2018

RELATOR : CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

RECORRENTE : RENAN COLOMBO

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA. CAÇAR NO INTERIOR DO PARQUE ESTADUAL FRITE PLAUMANN SEM DEVIDA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE SENDO CONSTATADO ABATE DE ANIMAL SILVESTRE. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, por negar provimento ao recurso nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 046/18



484 AIA Nº : 39911-A
485 PROCESSO Nº : PMSC 28749/2015
486 RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
487 RECORRENTE : JOSÉ DUFECK GREIN
488 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

489
490 **EMENTA**
491

492 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.
493 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. TER EM CATIVEIRO
494 ESPÉCIE DA FAUNA SILVESTRE AMEAÇADA DE EXTINÇÃO SEM PERMISSÃO DO
495 ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. MANUTENÇÃO DA MULTA.

496
497 **DECISÃO**
498

499 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
500 decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por maioria,
501 vencido o Relator, pela manutenção da multa no valor de R\$ 5.000,00 de acordo com o
502 Despacho de Penalidade, segundo voto divergente da Presidente Camila de Alcântara Rico.

503
504 Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

505
506 CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

507 Presidente
508

509 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 047/18**

510 AIA Nº : 40066-A
511 PROCESSO Nº : PMSC 28764/2015
512 RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
513 RECORRENTE : JOSÉ DUFECK GREIN
514 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

515
516 **EMENTA**
517

518 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.



47 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. TER EM DEPÓSITO
MADEIRA SERRADA DE ESPÉCIE AMEAÇADA DE EXTINÇÃO SEM LICENÇA VÁLIDA
PARA TODO TEMPO DE ARMAZENAMENTO OUTORGADA PELA AUTORIDADE
COMPETENTE.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,
decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por maioria,
vencido o Relator, pela manutenção da multa no valor de R\$ 6.331,50 de acordo com o
Despacho de Penalidade, segundo voto divergente da Presidente Camila de Alcântara Rico.

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

O Recurso Administrativo nº 561/17 foi retirado de pauta ficando automaticamente pautado
para a próxima reunião.

CAMILA DE ALCÂNTARA RICO

Presidente

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.